



Jornal da Cidade

Cidadãos de Maputo | Edição 08 | Bimestral | Julho e Ago. 2021 | cidadaosdemaputo@gmail.com | Gratuito

Aumenta a Concentração de Construções no Centro da Cidade de Maputo



Editorial

Uma pedra basilar da gestão urbana é a construção. A definição dos tipos de edifícios, tipos de construção e localização da sua implantação são, entre outros, desafios gigantescos para quem tem de gerir uma cidade. Trate-se edifícios de habitação ou de prestação de serviços, as autoridades municipais enfrentam um dilema ao deverem conciliar os múltiplos interesses, a defesa do interesse público, as possibilidades de fiscalização e o contexto social, cultural e económico.

A ausência de um plano urbano, ou de cumprimento do mesmo, cria a curto, médio e longo prazo, problemas complexos e por vezes graves e insolúveis. A implantação de prédios em altura apresenta enormes vantagens, mas requer adequadas infra-estruturas, como estradas, passeios, saneamento, serviços de água e eletricidade que nem sempre estão em consonância com a densidade populacional que a construção em altura cria. Os padrões de densidade de construção baseados em cidades desenvolvidas colidem por vezes com uma realidade muito diferente, criando constrangimentos à qualidade de vida.

Maputo tem conhecido um grande crescimento de construção em altura que por si só não constitui um problema. Contudo, na ausência de um plano de urbanização criterioso, as construções podem tornar a vida da Cidade insuportável. A questão é muito delicada já que ao se construir um prédio que eventualmente esteja a criar desequilíbrios é muito difícil depois evitar as consequências. Por outro lado, a cidade enfrenta um enorme desafio por falta de manutenção de uma grande parte dos seus edifícios e pela proliferação de serviços em bairros concebidos para serem residências. É a este tema determinante para a Cidade que o Jornal dedica a presente edição.

Destques

Pág. 02 Aumenta a Concentração de Construções no Centro da Cidade de Maputo

Pág. 04 Da história recente ao dilema dos prédios velhos de Maputo



A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

O Jornal da Cidade e o seu Portal é feito por cidadãos de forma voluntária com o intuito de contribuir para a melhoria da nossa Cidade, promovendo a reflexão e o diálogo entre Múncipes e Conselho Municipal. Para esse efeito, foi criado um Portal (www.jdc.org.mz) onde todo o cidadão e responsável do CMCM pode intervir de forma construtiva.

CONSULTE e PARTICIPE

WWW.JDC.ORG.MZ

Notícias de Destaque

01

Moradores Alertam o Município Para o Excesso de Construções em Zona Saturada

Desde o ano de 2012 que os moradores das proximidades do cruzamento entre a Avenida Julius Nyerere e a Avenida 24 de Julho têm, repetidamente, contactado por via oral e escrita, as autoridades municipais, alertando para os perigos do excesso de construções que se observa na zona. Tanto quanto é do nosso conhecimento, já foram endereçadas várias petições que, infelizmente, não tiveram até agora resposta.

Nessas petições, os moradores foram colocando em questão as construções em altura de prédios como o Ministério das Finanças, o antigo Galito, entre outros que aumentam todos os anos na região do restaurante Piriri. Alegam os moradores, entre outras razões, que a região não está preparada com infra-estruturas urbanas, como ruas e saneamento para receber prédios tão altos. Os moradores apontam também problemas relacionados com o tráfego, estacionamento de viaturas, aumento da poluição sonora e ambiental, ventilação e solarização, água e eletricidade. Os moradores alertam ainda para o perigo relativamente à segurança pública, devido à ausência de manutenção dos prédios antigos, existentes há mais de 50 anos, alguns dos quais já inclinados.



02

Conversas Entre o Jornal da Cidade e o Município no Programa Linha Aberta do Canal STV Notícias

Numa iniciativa conjunta do Canal STV Notícias, o Jornal da Cidade e o Município e com o apoio do MASC, realizaram-se uma série de conversas com a participação do Jornal da Cidade e do Município bem como a intervenção de munícipes espetadores do programa. Ao longo das próximas edições daremos conta de alguns detalhes das conversas.

Linha Aberta STV Notícias PRAIAS, MANGAL E BIODIVERSIDADE

QUARTA-FEIRA, 28 DE JULHO ÀS 18 HORAS



Linha Aberta STV Notícias EDIFICAÇÕES E PLANEAMENTO URBANO

QUARTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO ÀS 18 HORAS



03

Cones na Rua e Estacionamento nos Passeios São Ilegais

No programa Linha Aberta do Canal STV Notícias em conversa promovida por aquele canal com o Jornal da Cidade e o Município de Maputo, o PCA da Empresa de Estacionamento de Maputo declarou que a **colocação de cones** nos estacionamentos públicos, que a empresa que dirige aluga, são ilegais assim como o **estacionamento nos passeios**, facto que os munícipes deviam denunciar. O representante do Jornal da Cidade questionou a necessidade de denúncia

pois a prática de colocar cones e de estacionar nos passeios está à vista de todos, pelo que, só não se faz valer a lei porque não se quer. Um dos muitos exemplos são os cones em frente a duas moradias pertencentes ao Banco de Moçambique que bloqueiam os lugares que praticamente ficam vazios o dia todo. Uma grande quantidade de lugares na cidade ficam reservados sem serem usados, enquanto muitos outros estacionam no passeio. Só neste quarteirão mais de metade dos lugares já estão “alugados” pela Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento. Um grande paradoxo já que, ao invés de resolver o estacionamento, as medidas que tomam provocam o contrário.





Aumenta a Concentração de Construções no Centro da Cidade de Maputo

O processo de urbanização no mundo é já muito antigo, tendo-se acentuado com a revolução industrial. Na Europa em particular, a urbanização provocou uma transformação social, marcada pelas migrações do campo para as cidades. Numa fase posterior, as migrações foram motivadas pelas oportunidades que as zonas urbanas ofereciam como emprego, educação e, acima de tudo, melhores condições de vida.

No decorrer do século XIX, apenas 3% da população mundial era urbana, tendo aumentando gradualmente. Hoje, as cidades tornaram-se num espaço de aglomeração de pessoas onde habita mais de metade da população mundial. Por exemplo, a percentagem da população urbana na Ásia chega a 40%, na Europa a 72% e na América do Norte a 80%. Nalguns países, como a Bélgica, por exemplo, as estatísticas apontam que cerca de 97% as pessoas estejam a viver nas cidades. Segundo o mapa da urbanização no mundo, citando a Organização das Nações Unidas, entre 1950 e 2030, cerca de 9% da população mundial viverá em megacidades, isto é, áreas urbanas com 10 milhões de habitantes ou mais. Até lá, estes 9% se concentrarão em 41 megacidades, das quais 29 estarão em solo asiático, seguido da América com 8%. Enquanto isso, a África manterá o acelerado crescimento urbano dos últimos anos e também caminhará para a instalação de “megacidades”.

No continente africano, a maior parte da população reside nas zonas rurais, sendo o último a entrar no processo de urbanização. No caso de Moçambique, a história da sua urbanização manteve-se similar à de

muitos países africanos, crescendo de forma exponencial nas últimas décadas, estima-se que, em poucos anos, a população africana passe dos actuais 33% para mais de metade a viver em ambientes urbanos, caracterizados pelo florescimento de assentamentos informais e pela prevalência da pobreza constante. O processo de urbanização em toda a África Subsaariana acontece de forma espontânea e desordenada, desprovida de infra-estruturas urbanas, constituindo uma preocupação a vários níveis, nomeadamente social, político, económico e de saúde pública.

Em termos nacionais, a urbanização herdou vários problemas do período colonial, na sua maioria estruturais. Com a reclassificação urbana de 1986, através de um decreto presidencial, ampliou-se a divisão administrativa urbana do país. As reclassificações que se seguiram não trouxeram grandes avanços para o progresso dos espaços urbanos: houve uma expansão periférica urbana desprovida de serviços e infra-estruturas urbanas, e um elevado défice no ordenamento, planificação e gestão urbana. Assiste-se assim a uma grande disparidade urbana, caracterizada pela falta de infra-estruturas e de serviços urbanos, amontoando-se gente em condições desumanas e indigentes, revelando graves sequelas deixadas pelo passado.

A ideia inicial do processo urbanização das cidades preservava a saúde, o verde e questões higiénicas, como aconteceu nos grandes centros europeus. Em alguns casos, as anteriores vilas tornaram-se, pelo menos no que toca à parte central das mesmas, áreas de largas avenidas, abertas e ventiladas. Por volta 1887, surge o primeiro plano de

urbanização da cidade, através da portaria nº 598 de 1 de Dezembro de 1888 cuja publicação foi feita em 1892 no Boletim Oficial nº 49. Pode-se considerar que o plano procurava acompanhar os processos a decorrer em outros domínios.

O primeiro plano de ordenamento urbano, elaborado pelo Município no pós-independência (2009), foi o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM) cujo objectivo foi “arrumar a cidade para que a vida de todos os seus habitantes possa melhorar. O Plano baseou-se no facto de a maioria das infra-estruturas da cidade serem herdadas do tempo colonial, e construídas numa realidade contrastante com a realidade presente. Assim, o Plano foi pensado para um número muito maior de habitantes e considerando que a cidade de Maputo tinha sido “assaltada” por construções de edifícios na zona central assim como em toda a cintura suburbana, e arredores da periferia, num processo frenético atropelando todos os padrões de urbanização.

Na sua fundamentação o PEUMM é orientado por uma política de desenvolvimento urbano baseada nos direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente o direito à cidade, à terra urbanizada, à moradia condigna, ao saneamento, ao trânsito seguro, à mobilidade urbana, à infra-estrutura, aos serviços e equipamentos urbanos, à educação, à saúde, à informação, à cultura, ao desporto, ao lazer, à segurança pública e finalmente o direito à participação.

Assim sendo, o PEUMM constituiu-se como um instrumento que visava melhorar a cidade e os seus habitantes dentro dum período de 10 anos baseado nas seguintes prioridades:

- Reordenar os bairros informais;
- Recuperar terreno para todas as actividades de intercâmbio, serviços e equipamentos públicos;
- Densificar a ocupação do tecido urbano para evitar a continuação da ocupação desregada do solo urbano;
- Reservar áreas para repor o equilíbrio e assegurar a manutenção e o melhoramento da qualidade ambiental;
- Estabelecer as condições necessárias à fluidez do trânsito e à mobilidade;
- Promover a construção da habitação social;
- Promover e facilitar o desenvolvimento da actividade de agricultura urbana;
- Promover a diversificação das actividades e funções urbanas, evitando a suburbanização e a segregação espacial e ambiental das camadas sociais mais desfavorecidas;
- Reduzir as assimetrias sociais e os privilégios na escolha de locais para a distribuição das redes de infra-estruturas de serviços e de equipamentos.

Passados 12 anos, poucos resultados foram alcançados e com uma fraca implementação das prioridades estabelecidas no PEUMM, a população da cidade de Maputo está constantemente a clamar por uma intervenção. O plano embora tenha sido elaborado e promovido pelas autoridades nunca obteve uma aprovação final oficial. Contudo, na existência de um outro, os seus princípios norteadores constituem um guia fundamental na reflexão sobre a cidade.

O que está a acontecer?

Quarenta e seis anos (46) anos depois da independência nacional, a questão da habitação na cidade de Maputo continua a ser um motivo de grande preocupação. Apesar da clareza da lei que institui normas que potencialmente garantiriam um crescimento ordenado, é permanente a prática de construções que não respeitam os princípios estabelecidos no PEUMM, nem as posturas legais. Os problemas são de várias ordens e incluem desde construções desordenadas, proliferação de novas dependências nos terraços dos prédios no centro da cidade de Maputo, extensões feitas em edifícios que se encontram em estado de degradação, destruição de casas seculares para colocação de grandes prédios, sem atender ao impacto na região em que se implantam, entre outros. Mesmo com os robustos instrumentos legais produzidos, não foi possível frear os problemas de construções da cidade de Maputo que crescem desenfreadamente e



que atentam contra a qualidade de vida na Cidade.

As construções no centro da cidade de Maputo têm um impacto negativo na imagem urbana, aniquilam toda a história que alguns edifícios carregam, atentam à estética urbana e retiram identidade à cidade. A “pressão” dos construtores e investidores em construir em zonas já muito densas, aliada à falta de rigor

e critério nas autorizações, pondo de lado as definições do PEUMM tornou, ao longo dos anos, a Cidade de Maputo um caos de construção entre a clandestinidade e a falta de coerência nas autorizações de construção. Nos últimos anos, assiste-se a tentativas de conter estes desmandos, como foi o caso do embargo de construções em terraços, nos diferentes pontos da Cidade de Maputo.

Esta foi uma acção de elogiar, mas que, contudo, não resolve o problema, enquanto não nos pautarmos definitivamente por uma conduta subordinada a um plano estruturado e coerente, compatível com os objectivos de uma cidade saudável.

Urge, e já vai tarde!

CAIXA TÉCNICA 01



Urbanização na cidade de Maputo

Wendy Irina M.V.M Baule
Arquitecta e Urbanista

A urbanização é o processo de transformação de uma sociedade, região ou território de rural para urbano. Assim visto, é um processo contínuo que se alcança com a contribuição de todos (cidadãos e Estado). Este processo não se limita apenas à transformação física (infraestruturas, tipo de habitação, serviços, beleza, e outros), mas também a uma transformação mental da sociedade. Em outras palavras, a urbe não se desenvolve sem os seus habitantes desenvolverem e adquirirem comportamentos que preservem a cidade.

Na nossa cidade, tem acontecido uma superlotação de habitantes, por conta do seu crescimento populacional e da concentração de serviços na grande área central. As casas nos terraços (actualmente famosas) têm sido adaptadas desde o início das ocupações dos edifícios deste a época das nacionalizações.

A nossa cidade foi projectada para albergar a

antigos cidadãos portugueses de forma fixa, mas com padrões de família portugueses, onde cada família era, em média, composta por 3 a 5 membros, tendo como principais actividades, o comércio.

Após as nacionalizações, os edifícios passaram a ser habitados e usados por moçambicanos, numa composição familiar alargada, constituída por um número de pessoas que chegavam a 10 ou até mais. Por esse motivo, à medida que os agregados familiares iam crescendo, os apartamentos iam ficando mais “pequenos”. Isto levou à ocupação de garagens e de pisos térreos. Nos prédios mais pequenos, os apartamentos do último piso foram sendo transformados em duplex. É dessa forma que a cidade foi se adaptando a uma outra realidade. Por outro lado, uma significativa parte das pessoas passou a dedicar-se à prestação de serviços e comércio informal. Sendo a capital económica, política e comercial do país, a imigração por procura de melhores condições e a busca de serviços passa a ser a principal causa de concentração populacional da capital. O comércio transborda para os passeios, passando os vendedores de rua a ser uma característica visual notável na cidade.

Esta situação conduziu à degradação da cidade, os edifícios vão perdendo a sua qualidade e segurança bem como a sua estrutura e beleza. A cidade que se construiu

no tempo colonial não foi projectada a pensar nas condições actuais. Estima-se que cerca de 40% das famílias que vive em apartamentos não tem condições para suportar os custos de manutenção dos mesmos, e as restantes 60%, embora o possam fazer, enfrentam dificuldades pelas insuficiências na prestação de serviços ou a falta de colaboração de muitos habitantes. A maioria são famílias alargadas, onde os pais vivem com três ou mais filhos, e onde, geralmente, vive também o filho mais velho, casado e com filhos. Há que ter ainda em conta que, muitas famílias são originárias de zonas onde, a parte exterior da casa é muito importante para o desenvolvimento de actividades de sustento, como mini-hortas, lavagem e secagem de roupa, cozinha, lazer e até para uso de casas de banho de serviço. Nos apartamentos não há espaço para o desenvolvimento de todas essas actividades. Questiona-se assim onde se poderão realizar todas estas actividades, onde irá toda família acomodar-se com tão pouco espaço disponível. É assim que nascem os “quatinhos do terraço” e os anexos do piso térreo, para actividades de sobrevivência.

Há, pois, que repensar e readaptar a cidade à nossa cultura, à nossa vivência, e vice-versa, de modo que a cidade possa ter o devido cuidado e beleza que todos gostávamos que tivesse.

processo de urbanização, nomeadamente:

1. Revisitar e aprovar um Plano de Estruturas para a Cidade.
2. Garantir um desenvolvimento equilibrado na expansão das Cidade.
3. Travar definitivamente as construções de novos prédios em zonas já pressionadas.

4. Não permitir construções nos terraços.
5. Cumprir e fazer cumprir o programa de requalificação urbana.
6. Expandir os serviços a todas as zonas da Cidade, nomeadamente os serviços públicos básicos: saúde, escolas, espaços recreativos, postos de pagamento emissão de documentos.

Sabia Que...



Avenida Friedrich Engels

CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS
Distritos Municipais: KaMpumo
Bairros: Polana Cimento “A”

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS
Comprimento: 1.49km
Largura: 7.9m
Sentido: Duplo
Número de faixas: 1 faixa por sentido
Separador central: Não apresenta
Superfície: Asfalto
Passeios: variam entre 2.9 e 3.2 metros
Iluminação: Sim

DESCRIÇÃO
A toponímia da avenida homenageia o filósofo e fundador do socialismo científico, Friedrich Engels, nascido na Alemanha em 1820 e falecido a 5 de Agosto 1895.



O que se pode fazer?

A solução dos problemas é complexa, mas passa inevitavelmente pela garantia do cumprimento da lei vigente que estipula que todas as construções devem ser requeridas a um órgão competente, devendo a autorização e fiscalização garantir o cumprimento das regras. Nesse sentido, algumas acções poderão contribuir para uma melhoria sensível no

A VOZ DO MUNÍCIPE

“Boa parte das construções no centro da Cidade de Maputo, acho que são péssimas pois contribuem negativamente para o desenvolvimento infra-estrutural da cidade.”

Residente do Bairro do Infulene

“Acho que não se deve permitir que as construções desse género aconteçam e devem demolir as que foram construídas e multar os responsáveis por essas construções.”

Residente do Bairro Maxaquene A

“As construções no centro da Cidade de Maputo estão bagunçadas e em algum momento são um perigo tanto para quem irá viver nesse terraço, assim como para os restantes moradores, visto que algumas não envolvem sequer a opinião de um engenheiro para fazer o estudo da planta do prédio de modo a ver se tem estabilidade suficiente para suportar essa construção.”

Residente de Magoanine C

“Já pensamos como solução imediata, nas últimas chuvas ficou inundado e se teve que recorrer ao camião cisterna para retirar a água das chuvas, e teve de vir 3 vezes.”

Residente do Bairro Central A

“As pessoas constroem no centro da cidade pela facilidade de construir uma moradia na cidade, e as questões de mobilidade, menos gastos com transporte. O elevado custo dos terrenos e a localidade longínqua dos mesmos levam os cidadãos

a não sair da cidade.”

Residente do Bairro Albazine

“Com as super-construções na cidade acaba havendo sobrecarga no sistema de esgoto e o despejo no tratamento do mesmo acaba criando espaço para poluição do quintal comum e até mesmo do passeio público.”

Residente do Bairro Albazine

“Desde já deixo aqui claro que será difícil impedir a construção nos terraços, por isso acho que o melhor seria buscar sempre a opinião de um engenheiro que teria como função estudar e fazer uma análise da planta do prédio de modo a ver se essa construção não irá trazer mais danos ao prédio e etc.”

Residente do Bairro Maxaquene C

Vendem terrenos a preços altos, mesmo que digam que não se vende, todos sabem que vende-se sim e deviam baixar o preço dos terrenos e pensar em projectos de residências para jovens e que sejam inclusivos. Vejam o absurdo nos apartamentos da Vila Olímpica, que jovem pode pagar aquilo?”

Residente do Bairro Laulane

“As construções no centro da Cidade de Maputo estão a caminho do caos. Com os problemas de mobilidade e serviços básicos as pessoas constroem nos terraços da Cidade de Maputo à procura do espaço perto das centralidades, e isso leva a perda de valor para o cidadão de Maputo.”

Residente do Bairro Maxaquene C

Casos específicos

Caso 1 - Tem havido obras de construção no centro da cidade que decorrem de noite e muitas delas passam despercebidas aos órgãos responsáveis, como, por exemplo, no bairro da Coop, em que os moradores tiveram que chamar a imprensa para denunciar as construções nocturnas.



Foto Ilustrativa

Caso 3 - Residências da baixa da Cidade de Maputo encontram-se num estágio de degradação com condições péssimas para se viver. Por exemplo o esgoto da Av. Josina Machel está em constante degradação.



Caso 2 - Na zona de Malhangalene vários edifícios foram levantados nos terraços.



Caso 4 - Várias obras na cidade de Maputo decorrem para dar espaço a restaurantes e escritórios em prédios já em estado degradado.



Da História Recente ao Dilema dos Prédios Velhos de Maputo

Não faltam exemplos. Há que procurar soluções que a urgência já está atrasada.

Leonel Matusse

Ao longo de três eixos centrais da cidade de Maputo, nas longas avenidas rectas na direcção aproximada de noroeste-sudeste, como a 25 de Setembro, 24 de Julho ou a Eduardo Mondlane, a paisagem nos revela prédios, alguns de expressões do modernismo no art déco, pálidos, com fios de infiltração a fazerem desenhos nas paredes externas. Olhando mais acima, há terraços tomados por outras casas. No interior, problemas com

a manutenção dos elevadores e em espaços comuns do condomínio.

Com a conquista da independência, em consequência das nacionalizações em 1976, a “cidade de cimento” ou “Xilunguine”, outrora de circulação limitada para a população negra, foi ocupada por cidadãos que, até essa altura, residiam nos bairros periféricos, para lá da circunvalação.

Tanto a zona urbana de avenidas amplas e ruas feitas de acordo com padrões urbanísticos europeus, assim como a “cidade do caniço” registaram uma explosão demográfica, que se agravou com a severidade da guerra de desestabilização (1977-1992) que devastava o País, empurrando vários moçambicanos para as maiores urbes.

Parte da população que se instalou nos prédios do centro da cidade teve a sua primeira experiência de habitação em casas de alvenaria e regulamentos de condomínio ao chegar aos apartamentos, agravado com

a crise económica dos primeiros anos de independência que se caracterizou por uma falta generalizada de produtos no mercado. Embora, ainda na efervescência da construção de um país novo por baixo da umbrela da chamada Revolução Socialista, houvesse um sentido de comunidade, a situação de precariedade priorizou outras questões que foram deixando de lado outras.

Ao longo dos anos, a Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE), foi vendendo os seus apartamentos, estando, neste momento, a esmagadora maioria das casas sob pertença e gestão de proprietários privados.

Gradualmente, os edifícios foram ficando sem manutenção, os elevadores pararam de funcionar, os espaços comuns foram-se tornando fonte de conflitos, a gestão e reparação da canalização e sistemas elétricos, em vários casos, passaram a ser feitos de forma individual. A falta de pintura na parte externa dos prédios é o corolário desses desencontros.

Parte dos prédios da cidade de Maputo foram construídos nos anos 50 e 60, do século passado, o que, conforme uma matéria publicada pelo jornal O País na edição de 09 de Junho de 2019, é razão para maiores receios, pois “um prédio tem em média 50 anos de vida, mas isto depende de como ele é feito, usado e mantido pelos moradores”. A referida matéria, apontava a superlotação como um dos principais factores de risco que, na cidade de Maputo, precipita a degradação de muitos prédios. Em coordenação com a Ordem dos Engenheiros, disse um representante do conselho autárquico de Maputo na reportagem ao País, está a trabalhar na identificação e avaliação dos edifícios que necessitam de intervenção urgente. O mesmo não deixou de esclarecer que “a responsabilidade de garantir o saneamento e durabilidade dos edifícios é dos proprietários”. Contudo, ainda não existe uma postura municipal que sancione aos condóminos infractores.

Na ocasião, autoridades municipais manifestaram a sua preocupação com o facto de haver munícipes a ignorar o perigo das construções de anexos nos terraços, obras que tem sido executada sem autorização.

São múltiplos os exemplos O Alentejano, conjunto de três prédios, localizado na avenida Eduardo Mondlane, é um dos exemplos da precariedade na cidade de Maputo. As fissuras e rachas nas paredes da infraestrutura, causam impressão pelo avançado estado de degradação associado à falta de manutenção, a avaliar pela queda de algumas partes que compunham o edifício. Na avenida Karl Marx, em frente as bombas Total, onde funciona uma loja de uma das Telecom que actua no país, há um prédio em que devido ao facto da água não chegar a todos os pisos, a maioria dos moradores tem no terraço a única torneira.

Com a tendência nos últimos 15/20 anos dos proprietários se estarem a mudar para os bairros em expansão, alguns chefes de condomínios têm dificuldades em gerir a situação, pois os inquilinos não assumem as responsabilidades pelos problemas do prédio, limitando-se aos seus apartamentos. Por outro lado, a zona da Baixa da cidade, a parte mais antiga da urbe, está repleta de exemplos, tanto na avenida Karl Marx, assim como a Filipe Samuel Magaia em que prédios com mais de 12 andares em que há vários anos não possuem elevadores.

Na Avenida Ho Chi Min e outras do centro, encontramos situações em que a loja do rés do chão que poderia ajudar, com a sua renda, na manutenção do prédio, foi privatizada por um dos moradores que, regra geral, não estão dispostos a devolver a chave ou e a partilhar o que recebe com o condomínio.

Não faltam exemplos. Há que procurar soluções que a urgência já está atrasada.



Uma tarde no Bairro Central Leonel Matusse

Percorremos um bairro que para alguns é “doropene”, para outros “Xilunguine”, para mim tanto faz. Conforme o registo oficial, estou no Bairro Central, no centro da cidade e Maputo. Passo pela Direcção dos Registos e Notariado da Cidade de Maputo, na Avenida Karl Marx, a caminho da Direcção de Identificação Civil (DIC) de Maputo, levantar o BI. Outras instituições privadas e públicas funcionam nas avenidas desta zona.

Pela habitual demora no atendimento, na hora do almoço desci com o Maxaquene, que conheci na bicha, ao Mercado do Povo tomar a refeição, seguimos pela Ronil, na esquina que cruza (as avenidas) Karl Marx e Eduardo Mondlane. Descemos pela Olof Palm. A 24 de Julho nas costas, passando pelo Ministério do Interior, do corredor apertado do lado oposto, onde imponente, mantém-se um edifício jamais concluído. Do Centro Cultural Franco-Moçambicano chega um sopro de saxofone, o acorde de uma guitarra, depois um baixo e uma voz feminina. O imponente edifício do Conselho Municipal não permite que a música continue a se ouvir.

Com o talão do BI no bolso, desci, de chapa, até ao Mercado Central da Baixa, desenhada em 1900 e inaugurado em 1901, estou com os pés num edifício com 120 anos, de arquitetura “neomanolénina”.

Numa breve conversa com a mamana que vende verduras, soube que entre o colorido de legumes, frutas, perfumadas especiarias, também vende bijuterias e souvenirs. Neste mercado se compra mais produtos alimentares da terra, verduras, frutas como manga, papaia e outros.

É um dos edifícios mais antigos da cidade e do país, tendo sido construído por David de Carvalho com elementos em ferro importados da Bélgica – disse o meu amigo Tembe aos turistas que está a guiar, enquanto nos cruzávamos. Para além de frutas e verduras, no local há também legumes, perfumadas especiarias — objectos para casa, de uso pessoal e também souvenirs.

O Bairro Central, onde estão instalados hotéis e funciona um comércio informal e formal, é um dos pontos mais cosmopolitas da cidade. Um dos primeiros grupos de Hip Hop nacional, Rappers Unit, criado em 1992, tem entre os seus fundadores, o radialista Hélder Leonel aka Dj Malele. Leonel foi produtor do grupo.

Hélder é locutor, mestre de cerimónias e artista incontornável quando se fala desta cultura urbana que joga rimas, bom bap e outros ingredientes sonoros para expressar opiniões jovens e reflexões sociais.

Iniciou-se em produção radiofónica por volta de 1995, fazendo assistência de produção do primeiro programa de rap em Moçambique (Hiphoptime), tendo mais tarde passado a ser o produtor e apresentador do mesmo.

Hélder participou em Maputo no concerto do grupo Português Black Company e, no ano seguinte, apresentou seu primeiro concerto com os Rappers Unit no Centro Cultural Franco Moçambicano.

Em 1999, Hélder Leonel entra para Conga Produções e passa a trabalhar como vendedor de equipamentos de som e instrumentos musicais. Entre o ano 2000 e 2005 trabalha na apresentação e contrarregra de espetáculos nacionais e internacionais na Conga como o À Quinta no África no Cine Teatro Africa.

O Nhaca, quando saía do mercado, parou-me, fato treino e sapatilhas. Vamos correr até ao jardim Repinga – não posso, já me comprometi com outro pessoal de ir ao Clube de Desportos do Maxaquene. O pavilhão Tricolores acolhe o jogo de basquete do Desportivo de Maputo e Ferroviário de Maputo.

Fundado em 1920, o Clube de Desportos do Maxaquene tem equipas nas modalidades de Hóquei, o basquetebol, andebol e, claro, o futebol. Seus estádios têm capacidade para 15 000 espectadores.

Preciso ir ver o jogo, caro leitor. Na próxima edição, seguiremos em casa. Ham, é para eu me apresentar? Para quê, vocês? Ok. Mfumo. Meu nome é Mfumo



Dores de crescimento urbano em Moçambique!

Ruben Ferreira Morgado
Arquitecto e Planeador Físico

Os arquitectos e planeadores vivem de desafios. Estes variam entre os formais (forma, volume, dimensão, proporção, outros) e os funcionais (uso, tipo, organização, outros) – e não acredito que colegas meus não confirmem que um edifício em altura não seja um dos maiores desafios na nossa carreira. Pessoalmente já tive algumas oportunidades de projectar um edifício em altura, mas recusei sempre – nunca fui corajoso o suficiente, ou então, como alguém muito querido costumava dizer, tenho um “coeficiente de cagaço” muito alto para certas coisas. Para outras nem tanto, por exemplo, adoro mergulhar com tubarões.

Projectar edifícios em altura requer tanta coragem como responsabilidade. Afinal de contas, este tipo de edifícios, para o crescimento das cidades no mundo, e em Moçambique, oferece a oportunidade de densificar, criar melhores condições de ventilação e iluminação natural para um maior número de pessoas, e fica-se mais longe da poluição das ruas. Hong Kong e Nova Iorque são os expoentes máximos de utilização de edifícios em altura para densificar o seu crescimento urbano – mas muitas vezes essa decisão de crescer em altura deve-se ao facto de não haver muito espaço, ou área, para crescer. Felizmente, ou infelizmente, as cidades moçambicanas não têm, para já, problemas de espaço – somos um país amplo com uma densidade mais baixa, por exemplo, a Cidade de Maputo tem uma densidade de 3,198 pessoas/km², Hong Kong tem 6,690 pessoas/km² e Nova Iorque tem 11,313 pessoas/km².

A solução inversa, da densificação usando edifícios em altura, é a expansão. Esta solução não é a melhor por diversas razões – custo elevado da infraestrutura, ruptura das ligações sociocomunitárias e dependência do automóvel.

Resumindo, densidade é uma boa solução, expansão nem tanto – na minha

opinião! Mas o que é bom tem as suas limitações também. Um dos maiores problemas da densificação das cidades é que, geralmente, essa densificação não é estruturada, ou melhor, é resultado das exigências do mercado e não está alinhada com nenhum plano urbano. Se analisarmos as cidades moçambicanas, elas têm um pouco de tudo: uma área estruturada (o antigo centro!), uma área densa e desordenada, e uma área de expansão. Está também provado que cidades mais orgânicas têm bastante mais carácter que cidades planeadas de raiz (aquelas que não possuem qualquer desvio ou contribuição do residente), mas é necessário estarmos constantemente a perguntar: “Que cidade queremos?” e analisar todas as decisões que tomamos, tanto na pintura de uma fachada, como na transformação de uma moradia antiga num edifício em altura.

Eu, pessoalmente, sei o que quero da minha cidade – a Cidade de Maputo. Mas posso não estar alinhado com os meus vizinhos. Por isso as cidades deviam possuir uma comissão por bairro, multidisciplinar, independente da esfera política, que constantemente “pensa” os bairros e recomenda soluções. E já agora, enquanto sonho acordado, que essas recomendações sejam seguidas! O primeiro ponto a ser discutido nesta comissão seriam os prédios em altura. A densificação é, como falamos anteriormente, uma boa solução, mas ela deve vir ao mesmo tempo com a capacitação da infraestrutura local. Não faz sentido que demolirmos uma moradia com 4 sanitas para depois construirmos um edifício em altura com 40 sanitas (10 vezes mais!) – sem actualizarmos e reforçarmos a infraestrutura pública. Provavelmente, essa infraestrutura até poderá funcionar, a montante, mas depois criará sérios problemas a jusante. A este pensamento, eu chamo de “síndrome do autoclismo” – no momento em que puxamos, por magia, a nossa produção natural e individual desaparece, e a partir desse momento já não é nosso problema! Gráficamente, o saneamento é o ideal para fazer as pessoas pensarem, pela sua textura, cheiro e complexidade, mas o mesmo pode-se dizer dos sistemas eléctricos, abastecimento de água, redes pluviais e estacionamento. Neste momento do texto, gostaria de falar dos meus colegas, engenheiros estruturais – tenho muito respeito por eles. Já falámos anteriormente das várias especialidades, mas os profissionais com maior respon-

sabilidade é quem projecta estruturas, quem mantém a cidade em pé. Um erro de cálculo, que acontece constantemente, tem resultados catastróficos. A pressão dos clientes, da necessidade de se projectar rápido, do custo da obra, e muitas outras (pressões?) que acontecem no acto de projectar, podem colocar em causa o profissionalismo deles, mas, pelos poucos incidentes que testemunhamos, fico satisfeito com o seu desempenho. Ou então eles têm um “coeficiente de cagaço” maior que o meu!

Em jeito de fecho, primeiro, gostaria de reforçar que a densidade é uma boa solução, mas ela deve ser acompanhada por um reforço proporcional ao impacto da capacidade do empreendimento – e esse investimento deve ser da responsabilidade do promotor do empreendimento e não da cidade! Segundo, os edifícios em altura, em termos tecnológicos, devem fazer muito mais em vez de simplesmente conectarem-se às redes existentes. Devem gerar energia, recuperar água da chuva, reciclar as diversas águas, separar resíduos, e muito mais. Terceiro, estes projectos devem ser desenvolvidos com moçambicanos nas equipas. É muito importante mantermos o carácter da cidade intacto, e quem não conhece o contexto nunca deverá projectar dentro das nossas cidades. E por último, estes empreendimentos devem estar alinhados com os planos da cidade, respeitando vários aspectos, com ênfase na igualdade de oportunidades sociais. Porque é que os moçambicanos com menos condições socioeconómicas, ou melhor, viver mais longe do centro da cidade? Esta contínua segregação social irá descaracterizar ainda mais as nossas cidades e criar pressões sociais sérias.

Uma nota final, porque não podia deixar de escrever sobre a Pastelaria Nautilus no coração do centro da Cidade de Maputo, no cruzamento das avenidas, Julius Nyerere e 24 de Julho, no Bairro da Polana. Durante muitos anos foi o polo de atracção de muitos e encheu as casas de pão fresco todos os dias. Li há dias uma notícia que comunicava que iriam fechar portas e colocar no desemprego 80 trabalhadores. Vivemos numa altura difícil em termos económicos, sem dúvida, mas será que esta decisão não se alinha mais com outra situação? Será que vamos ser presenteados com mais um edifício em altura?

Sabia Que...



Avenida Ahmed Sékou Touré

CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS
Distritos Municipais: KaMpumo
Bairros: Polana Cimento “A”

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS
Comprimento: 3.73km
Largura: 7.14m
Sentido: Duplo
Número de faixas: 1 faixa por sentido
Separador central: Não apresenta
Superfície: Asfalto
Passeios: variam entre 3.37 e 5.67 metros
Iluminação: Sim

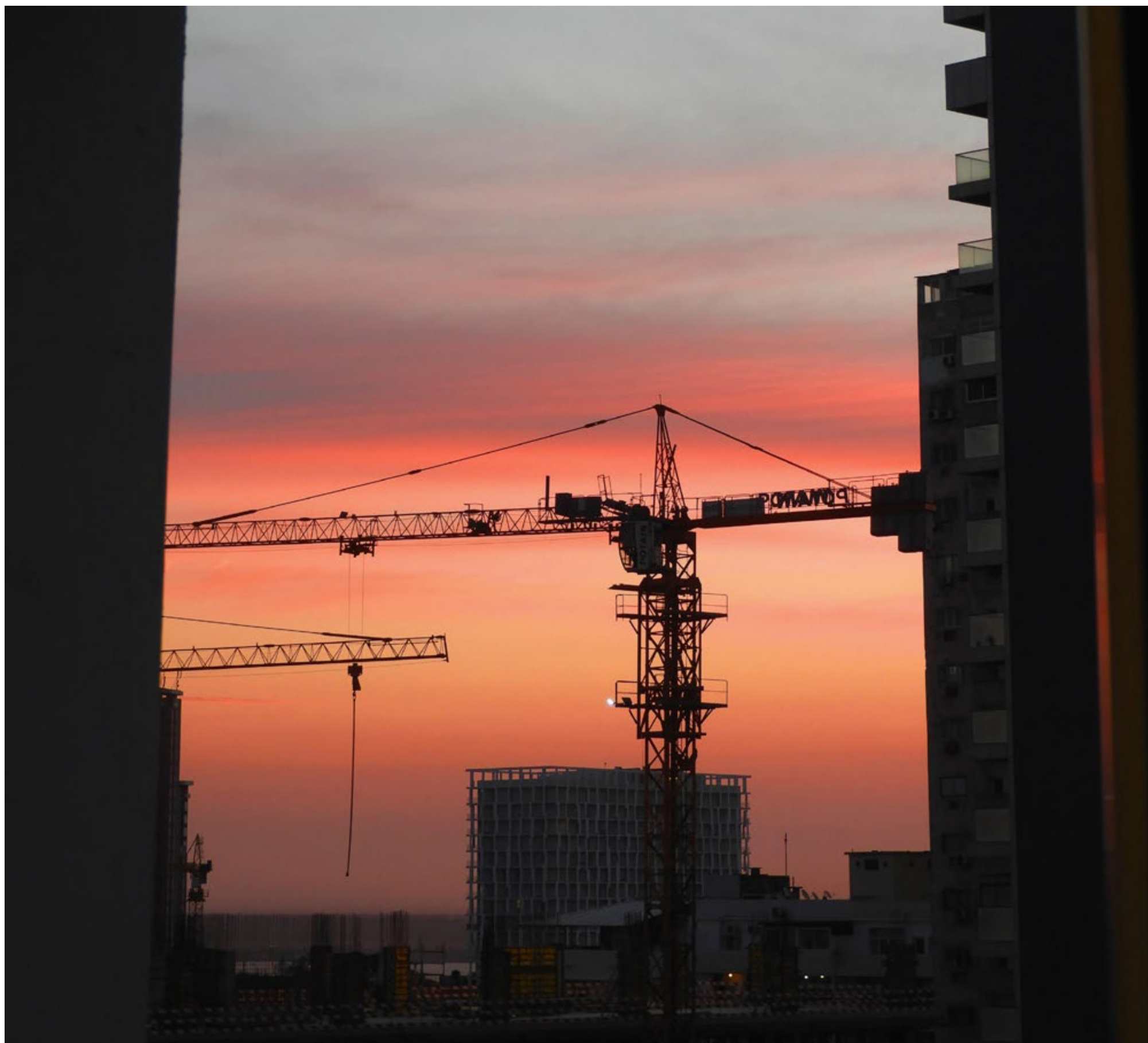
DESCRIÇÃO

A toponímia da avenida homenageia o antigo, líder político africano e presidente da República da Guiné Ahmed Sékou Touré, nascido em Faranah, Guiné 1922 e falecido em 1984.



Faça Scan





DESEJOS DOS CIDADÃOS DE MAPUTO

(Das 37 propostas que deram origem ao movimento)

No meio a vários desafios que a Cidade de Maputo nos apresenta, surge a necessidade de colocar o homem a tomar o seu lugar de

cidadão, que criticamente e, acima de tudo, objectivamente questiona e propõe soluções que são aplicáveis aos problemas que afectam directa ou indirectamente a ele e a Cidade de Maputo (mobilidade, saneamento, resíduos sólidos, planificação urbana, saúde pública e mais). É nesse espírito que um grupo de cidadãos de Maputo promoveu uma petição assinada por 9.812 (nove mil oitocentos e doze) cidadãos, numa disposição colectiva para colaborar voluntariamente, de modo a contribuir de alguma forma, com propostas, que, de forma concreta, contribuem na concretização da cidade que todos nós

desejamos, garantindo a qualidade de vida dos munícipes.

Em última instância, a intervenção pretendeu e pretende ser um contributo eficaz para uma Cidade Próspera, Bela, Limpa, Segura e Solidária.

A seguir, apresentamos um ponto dos 37 pontos retirados da petição com as respectivas propostas de ações:

LIMITAÇÃO DE HORÁRIOS E DIAS DE CONSTRUÇÃO

A proibição da emissão de autorizações para trabalhos relacionados com construção fora das horas normais de trabalho de forma permanente;

A proibição de discotecas e casas de eventos que não tenham isolamento acústico;

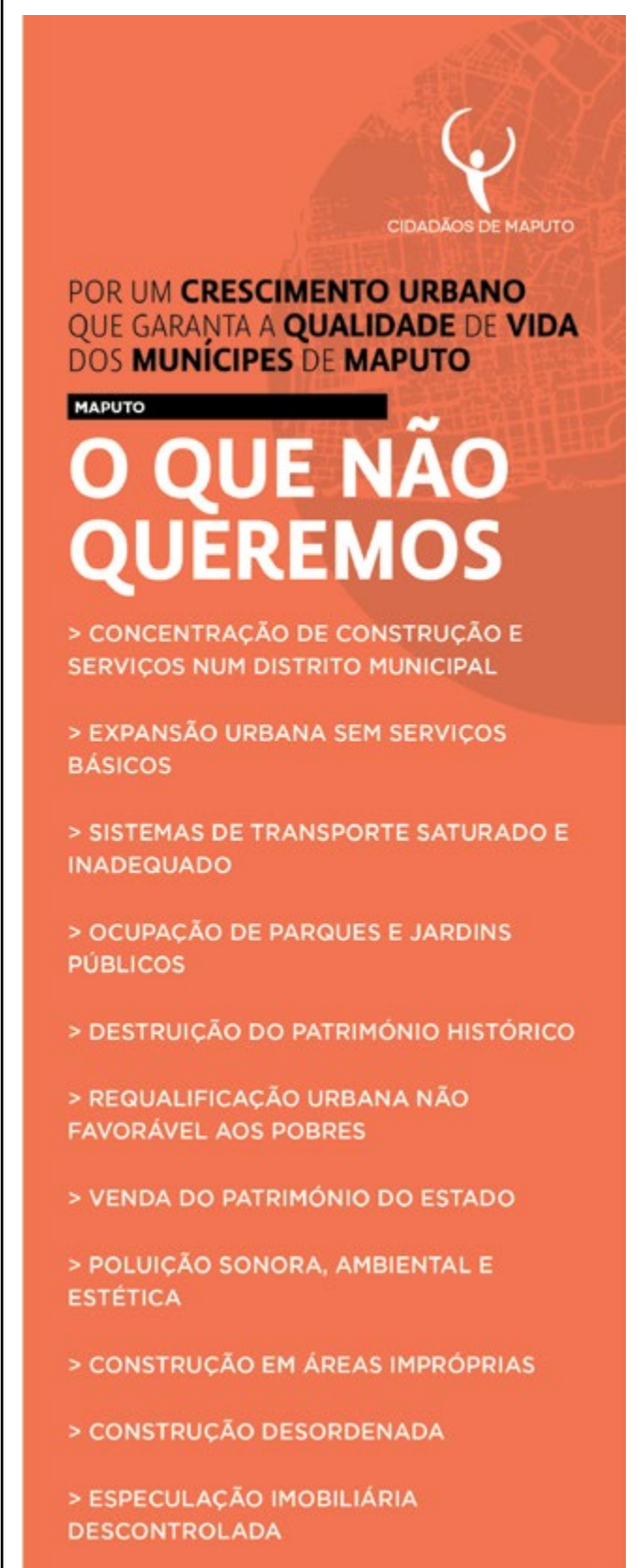
A fiscalização permanente do ruído provocado por veículos motorizados;

A aplicação da legislação existente que, no geral, se mostra bastante actual.

O estabelecimento de um horário racional para autorização de obras e outras actividades que produzam ruído em zonas residenciais (julga-se razoável um horário das 8 às 18 horas, de segunda a sexta-feira);



- > CONSTRUÇÃO PLANIFICADA
- > SERVIÇOS PÚBLICOS EM ÁREAS DESFAVORECIDAS
- > ESPAÇOS VERDES, RECREATIVOS E DESPORTIVOS
- > A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ECOLÓGICO E CULTURAL
- > REDISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E EQUILIBRADA DO INVESTIMENTO
- > LIMITAÇÃO DE HORÁRIOS E DIAS DE CONSTRUÇÃO
- > REQUALIFICAÇÃO URBANA INCLUSIVA
- > SISTEMA DE TRANSPORTE CONDIGNO
- > CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA
- > DEBATE E ACESSO PÚBLICO À INFORMAÇÃO
- > ACESSIBILIDADE URBANA PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA
- > PASSEIOS SEGUROS E TRANSITÁVEIS



- > CONCENTRAÇÃO DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS NUM DISTRITO MUNICIPAL
- > EXPANSÃO URBANA SEM SERVIÇOS BÁSICOS
- > SISTEMAS DE TRANSPORTE SATURADO E INADEQUADO
- > OCUPAÇÃO DE PARQUES E JARDINS PÚBLICOS
- > DESTRUIÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO
- > REQUALIFICAÇÃO URBANA NÃO FAVORÁVEL AOS POBRES
- > VENDA DO PATRIMÓNIO DO ESTADO
- > POLUIÇÃO SONORA, AMBIENTAL E ESTÉTICA
- > CONSTRUÇÃO EM ÁREAS IMPRÓPRIAS
- > CONSTRUÇÃO DESORDENADA
- > ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA DESCONTROLADA

